



ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
CASA JOSE FREIRES DE ALMEIDA

P O R T A R I A Nº 007/2022 DE 01 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe acerca da nomeação e exoneração de
Assessores Parlamentares e dá outras providências.

A EXMA. SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA/PB,
no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a indicação, nomeação e
exoneração de Assessores Parlamentares no âmbito da Câmara Municipal de Barra
de Santa Rosa;

CONSIDERANDO a Lei nº 005/2022, que criou o cargo de Assessor Parlamentar;

RESOLVE:

Art. 1º. O exercício do cargo Comissionado de Assessor(a) Parlamentar deverá
obedecer as diretrizes dispostas nesta Portaria.

Art. 2º. Cabe a cada Vereador integrante desta Câmara Municipal, a indicação de 01
(um) Assessor Parlamentar, cuja nomeação dependerá dos seguintes procedimentos:

I - indicação nominal firmada pelo Vereador indicante, mediante o preenchimento de
formulário conforme Anexo I desta Portaria, acompanhado dos seguintes
documentos:

- a) apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo Poder
Judiciário local e pela Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Paraíba;
- b) comprovante de endereço atualizado;
- c) cópia da carteira de identidade, CPF e título de eleitor;
- d) cópia da Carteira de Trabalho - CTPS;
- e) cópia do cartão bancário;
- f) declaração de inexistência de vínculo empregatício no setor privado e investidura
em qualquer órgão de Administração Pública, salvo no caso de magistério e sem
prejuízo para o exercício do cargo de que ora se trata.

Art. 3º. Além dos documentos exigidos no art. 2º desta Portaria, a pessoa indicada deve apresentar bons antecedentes sociais e reputação ilibada.

Art. 4º. Recebidos os documentos de que trata o art. 2º desta Portaria, o Setor de Pessoal deverá atestar sua regularidade e promover investigação de conduta social do indicado, apontando à Presidência o fiel preenchimento da relação de documentos e demais requisitos exigidos para investidura no cargo.

Parágrafo Único - A Presidência cientificará o Vereador indicante na hipótese de ausência de documentos ou inobservância do que trata esta Portaria, a quem compete o saneamento da documentação ou a substituição do indicado.

Art. 5º. Atendidos os requisitos desta Portaria, a Presidência promoverá a nomeação do indicado, mediante expedição da competente Portaria de Nomeação.

Parágrafo Único: O pagamento dos salários do Assessor Parlamentar será realizado exclusivamente em conta bancária de titularidade do(a) respectivo(a) servidor(a), conforme documento exigido na alínea "e" do art. 2º desta Portaria.

Art. 6º. A fiscalização dos atos inerentes ao efetivo exercício do cargo de Assessor Parlamentar compete exclusivamente ao Vereador que o tenha expressamente indicado, cabendo-lhe zelar pelo bom desempenho das funções, vedada a utilização do servidor para a realização de serviços particulares.

Art. 7º. Fica o Assessor Parlamentar dispensado do respectivo controle de frequência, na sede da câmara municipal, sendo de responsabilidade do vereador indicante fiscalizar o bom desempenho do das atividades do Assessor Parlamentar indicado.

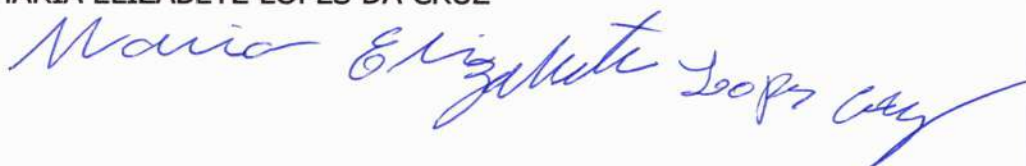
Art. 8º. A exoneração dos ocupantes do cargo de Assessor Parlamentar poderá ser feita mediante pedido formal do Vereador que tenha indicado sua nomeação ou de ofício pelo Presidente da Câmara Municipal, quando tenha praticado quaisquer condutas desabonadoras do serviço público.

Parágrafo Único - Compete ao Vereador indicante comunicar a esta Presidência o cometimento de eventual irregularidade funcional por parte do Assessor Parlamentar indicado.

Art. 9. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRESIDENTE

MARIA ELIZABETE LOPES DA CRUZ



ANEXO I

**REQUERIMENTO DE NOMEAÇÃO PARA O CARGO
COMISSIONADO DE ASSESSOR PARLAMENTAR**

Pelo presente instrumento, e na forma da Portaria nº 07/2022 o (a) Vereador(a) _____ INDICA o(a) Sr(a). _____ brasileiro(a), estado civil, residente e domiciliado(a) na Rua _____ Bairro _____, Cidade, UF, para nomeação no cargo comissionado de Assessor Parlamentar no âmbito da Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa – PB.

Este(a) Vereador(a) tem ciência dos exatos termos da Portaria nº 07/2022, prometendo fiscalizar o efetivo exercício do cargo pelo indicado e comunicar a essa Presidência acerca de eventuais irregularidades funcionais.

Comprometo-me ainda, a não utilizar o indicado para a realização de serviços particulares, sujeitando-o exclusivamente às funções inerentes ao cargo, conforme atendimento do interesse público.

Barra de Santa Rosa – PB, _____.

VEREADOR(A) INDICANTE

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

Pelo presente instrumento, sob as penas e na forma da lei, DECLARO que NÃO mantenho vínculo empregatício no setor privado, nem exerço cargo junto a Administração Pública, salvo o magistério e sem prejuízo para o fiel exercício do cargo de Assessor Parlamentar.

Barra de Santa Rosa – PB, _____.

INDICADO